



Construtora Alja Ltda.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025

Processo nº 59506.000374/2025-43-e

Recorrentes: BWC Assessoria e Empreendimentos Ltda-ME e CVC Construtora Vale dos Cunhãs LTDA

Recorrida: Construtora ALJA Ltda

I – SÍNTESE DO RECURSO

As empresas **BWC Assessoria e Empreendimentos LTDA-ME** e **CVC Construtora Vale do Cunhãs LTDA** interpõe recurso administrativo contra a decisão que classificou a proposta da **CONSTRUTORA ALJA LTDA**, alegando, em síntese: (i) suposta mudança do critério de julgamento; (ii) alegada ilegalidade na aplicação do desconto linear; (iii) suposto descumprimento de pisos salariais e inexecutabilidade da proposta da ALJA; e (iv) suposto descumprimento do requisito de patrimônio líquido.

II – DO MARCO LEGAL APLICÁVEL

O certame é regido prioritariamente pela **Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)**, conforme expressamente previsto no edital, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf – RILC, aplicando-se a Lei nº 14.133/2021 apenas de forma subsidiária e no que couber, nos exatos termos do instrumento convocatório.

Assim, as alegações da recorrente que se fundamentam **exclusivamente na Lei nº 14.133/21**, de forma dissociada das regras específicas do edital, do RILC e da Lei nº 13.303/16, não se prestam a infirmar a legalidade do julgamento, devendo ser analisadas à luz do regime jurídico próprio das empresas estatais.

III – DA INEXISTÊNCIA DE QUALQUER MUDANÇA NO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Conforme estabelecido no **Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025**, especialmente nos dispositivos que tratam do **critério de julgamento por MAIOR**



Construtora Alja Ltda.

DESCONTO e da **readequação da proposta ao lance final** (item 9.2 e correlatos), não houve qualquer alteração das regras do certame após a fase competitiva.

O edital foi claro ao estabelecer como **critério de julgamento o MAIOR DESCONTO**, nos termos do art. 54, inciso II e §4º, da Lei nº 13.303/2016.

O que ocorreu foi **mera adequação aritmética da planilha** ao desconto ofertado no lance final, providência expressamente prevista no item 9.2 do edital e no Termo de Referência, não havendo:

- alteração de critério;
- inovação procedimental;
- violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A exigência de que o desconto incida **de forma linear sobre os itens do orçamento** decorre diretamente do **§4º, II, do art. 54 da Lei nº 13.303/2016**, sendo obrigação de todos os licitantes.

Logo, não há qualquer ilegalidade ou surpresa procedimental.

IV – DA REGULARIDADE DA PROPOSTA DA CONSTRUTORA ALJA LTDA

IV.1 – Do desconto linear e da mão de obra

Nos termos do edital e do Termo de Referência, o desconto ofertado deve refletir-se na proposta final apresentada pelo licitante, mediante **adequação aritmética da planilha**, providência prevista e exigida dos licitantes (item 9.2 do edital).

A recorrente tenta induzir a Administração ao erro ao afirmar que o desconto aplicado implicaria redução ilegal de salários.

Tal alegação não é verdadeira.

Os valores de mão de obra constantes das composições da Construtora ALJA Ltda:



Construtora Alja Ltda.

- **não representam salários pagos diretamente aos trabalhadores**, mas sim **custos unitários referenciais de composição**, que incluem produtividade, encargos, eficiência operacional e metodologia construtiva;
- **não violam pisos salariais**, os quais serão integralmente observados na execução contratual, conforme legislação trabalhista e convenções coletivas vigentes.

Ressalte-se, ainda, que a composição do custo de Administração (ADM) é formada, em grande parte, por mão de obra indireta. Assim, sendo o desconto ofertado de aplicação linear, tornou-se necessário aplicar o referido desconto também sobre o custo da mão de obra constante da composição, o que não interfere, em qualquer hipótese, nos salários a serem pagos aos trabalhadores, tratando-se exclusivamente de ajuste aritmético sobre custos referenciais, preservados integralmente os direitos trabalhistas.

Por fim, que não existe vedação legal para que licitantes apresentem custos inferiores aos referenciais SICRO ou SINAPI, desde que a proposta seja exequível, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União. Nesse sentido, o Acórdão nº 2622/2013 – Plenário (TCU) consolidou o entendimento de que a simples apresentação de preços inferiores aos referenciais oficiais (SICRO/SINAPI) não caracteriza, por si só, inexecutabilidade da proposta, devendo a Administração avaliar a viabilidade técnica e econômica do preço ofertado.

O desconto ofertado pela ALJA decorre de:

- eficiência operacional;
- estrutura própria;
- logística otimizada;
- ganhos de escala.

Não havendo qualquer ilicitude ou inexecutabilidade.

IV.2 – Da inexistência de inexecutabilidade

A proposta da Construtora ALJA Ltda:



Construtora Alja Ltda.

- respeita integralmente o orçamento estimado;
- não apresenta valores simbólicos ou irrisórios;
- atende a todas as exigências do Termo de Referência;
- foi considerada **exequível pela Comissão de Licitação**, após análise técnica.

A mera alegação de inexecutabilidade, desacompanhada de prova técnica concreta, não tem o condão de desclassificar proposta vencedora, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 2622/2013-Plenário e nº 325/2017-Plenário.

V – DO ATENDIMENTO AO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação econômico-financeira foi analisada conforme os **critérios e documentos exigidos no item 10.5 do edital**, com base em balanço patrimonial regularmente registrado, não havendo qualquer descumprimento por parte da Construtora ALJA Ltda.

A alegação de descumprimento do item 10.5, alínea “b”, do edital é igualmente improcedente.

O edital exige **patrimônio líquido mínimo**, apurado **na forma da legislação societária e contábil**, conforme balanço patrimonial regularmente registrado.

A Construtora ALJA Ltda **comprovou sua qualificação econômico-financeira**, atendendo plenamente aos critérios estabelecidos no edital, fato já reconhecido pela Comissão de Licitação.

A tentativa da recorrente de reinterpretar dados financeiros sem respaldo técnico-contábil não possui valor jurídico.



Construtora Alja Ltda.

VI – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO PELA CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA

Além do recurso apresentado pela BWC, a Construtora ALJA Ltda também foi alvo de recurso administrativo interposto pela empresa **CVC Construtora Vale do Cunhãs Ltda**, que questiona a habilitação econômico-financeira da recorrida, sob a alegação de suposta indisponibilidade do patrimônio líquido em razão da existência de contratos em execução.

Tal alegação não merece prosperar.

VI.1 – Da comprovação objetiva do patrimônio líquido exigido em edital

O edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025 exige, no item 9.2 do Termo de Referência e no item 10.5 do edital, a comprovação de **patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor orçado**, requisito este plenamente atendido pela Construtora ALJA Ltda, conforme balanço patrimonial regularmente registrado e analisado pela Comissão de Licitação.

A Construtora ALJA Ltda apresentou patrimônio líquido no valor de **R\$ 10.583.245,15**, portanto **superior ao mínimo exigido de R\$ 10.478.699,58**, não havendo qualquer margem para interpretação subjetiva ou relativização do critério objetivo estabelecido no edital.

VI.2 – Da impossibilidade de criação de requisito não previsto no edital

A pretensão da recorrente CVC de submeter a habilitação da ALJA a uma análise de “disponibilidade residual de patrimônio líquido” ou de comprometimento financeiro decorrente de contratos em execução **não encontra respaldo no edital**.

O instrumento convocatório **não exige**:

- demonstração de patrimônio líquido residual;
- apresentação de relação de contratos em execução para fins de abatimento do patrimônio;



Construtora Alja Ltda.

- comprovação de capacidade financeira líquida após dedução de compromissos assumidos.

A adoção de tais critérios, após a abertura da fase de habilitação, configuraria **criação de requisito novo**, em afronta direta aos princípios da **vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia**.

VII.3 – Da inaplicabilidade do art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021 ao caso concreto

Ainda que o edital mencione a Lei nº 14.133/2021 de forma subsidiária e “no que couber”, não há previsão editalícia para aplicação do art. 69, §3º, no presente certame, tampouco foi exigida dos licitantes qualquer comprovação de capacidade financeira residual.

A aplicação isolada e ampliativa de dispositivo legal **sem previsão no edital** é vedada, sobretudo em certame regido prioritariamente pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

VII.4 – Da impropriedade da jurisprudência invocada pela recorrente

O Acórdão nº 934/2024 – Plenário, citado pela CVC, não autoriza a desconsideração de patrimônio líquido comprovado de forma regular, tampouco legitima a criação de exigências não previstas no edital. Ao contrário, a jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a Administração deve ater-se aos **critérios objetivos previamente estabelecidos**, sendo vedada a ampliação subjetiva das exigências de habilitação.

No caso concreto, inexistem indícios de incapacidade econômico-financeira da Construtora ALJA Ltda, sendo insuficiente a mera existência de contratos em execução para afastar habilitação regularmente concedida.

Ressalte-se, ainda, que a Construtora ALJA Ltda **atua há mais de 37 (trinta e sete) anos** no mercado da construção, possuindo **histórico contínuo de execução e entrega de contratos públicos**, sem registros de inexecução contratual ou penalidades impeditivas. Tal regularidade pode ser **objetivamente verificada nos cadastros oficiais da Administração Pública**, a exemplo do SICAF e da inexistência de apontamentos em **cadastros restritivos**



ou listas de inidoneidade, o que reforça, de forma inequívoca, sua plena capacidade econômico-financeira e operacional.

VII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Construtora ALJA Ltda que:

1. **Sejam integralmente rejeitadas as razões do recurso administrativo interposto pela BWC Assessoria e Empreendimentos Ltda-ME e pela CVC Construtora Vale do Cunhãs Ltda;**
2. **Seja mantida a decisão que classificou a proposta da Construtora ALJA Ltda como vencedora do certame;**
3. **Seja preservada a legalidade, a isonomia e a segurança jurídica do procedimento licitatório.**

Termos em que,

Pede deferimento.

Palmas – TO, 05 de janeiro de 2026.

**CONSTRUTORA ALJA LTDA
RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO
SÓCIO ADMINISTRADOR**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 11 DA SOCIEDADE CONSTRUTORA ALJA LTDA.

1 – RONALDO ALVES JAPIASSÚ, Brasileiro, natural de Porto Nacional- TO, casado regime de comunhão universal de bens, data de nascimento 13/05/1957, engenheiro civil, portador do CPF n.º 197.106.741-53, Carteira de Identidade n.º 355.135 2ª via expedida em 28/09/1983 pela SSP/GO, residente e domiciliado á Av. 13 de Julho n.º 134 Bairro Porto Imperial Porto Nacional - TO., CEP: 77.500.000.

2- RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO, Brasileiro, natural de Porto Nacional - TO, solteiro, data de nascimento 25/10/1994, Engenheiro Civil, portador do CPF n.º 013.856.201-61, CREA/TO sob n.º322332/AP-TO, expedida em 29/03/2021, residente e domiciliado á Av. 13 de Julho n.º 134 Bairro Porto Imperial Porto Nacional - TO., CEP 77.500-000, únicos sócios da empresa **CONSTRUTORA ALJA LTDA**, com sede á ARSO 22, Alameda 23, s/n, Lote 03, QI 09, Sala 01, Plano Diretor Sul Palmas –TO., CEP: 77.015-269; registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins sob o NIRE 17200003032 no dia 23.05.1989 e inscrita no CNPJ sob n.º 25.050.261/0001-47 resolvem, assim alterar o contrato social e posteriores alterações conforme clausula e condições a seguir:

2ª- Altera-se o objeto social para:

4120-4/00 - Edificações (residências, industriais, comerciais e de serviços),
4311-8/02 - Preparação de terrenos,
4312-6/00 - Perfuração e execução de fundações destinadas á construção civil,
4313-4/00 -Terraplenagem,
4211-1/01 – Obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos) ,
4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos,
4292-8/01 - Montagens de estruturas metálicas,
4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e estruturas temporárias;
4222-7/02 - Obras de irrigação,
4222-7/01 - Construção de redes de água e esgoto,
4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água
4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica,
4221-9/04 - Construção de estações de redes de telefonia e comunicação,
4299-5/99 - Aluguel de maquinas e equipamentos de construção e demolição com operários.
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador
7719-5/02 – Locação de aeronaves sem tripulação;
49.30-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas Intermunicipal e Interestadual;
49.30-2/03 – Transporte Rodoviário de produtos perigosos;
23.99-1/-99 – Fabricação de artigos de asfalto;

Parágrafo único: O objeto do estabelecimento sede (Matriz) é: 4120-4/00 - Edificações (residências, industriais, comerciais e de serviços),; 4311-8/02 - Preparação de terrenos; 4312-6/00 - Perfuração e execução de fundações destinadas á construção civil; 4313-4/00 –Terraplenagem; 4211-1/01 – Obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos); 4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; 4292-8/01 - Montagens de estruturas metálicas; 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e estruturas temporárias; 4222-7/02 - Obras de irrigação, 4222-7/01 - Construção de redes de água e esgoto; 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água; 4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 4221-9/04 - Construção de estações de redes de

telefonia e comunicação; 4299-5/99 - Aluguel de maquinas e equipamentos de construção e demolição com operários; 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 7719-5/02 – Locação de aeronaves sem tripulação; 49.30-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas Intermunicipal e Interestadual; 49.30-2/03 – Transporte Rodoviário de produtos perigosos; 23.99-1/-99 – Fabricação de artigos de asfalto;

Á vista das modificações ora ajustadas, **CONSOLIDA – SE** o contrato social, com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
CONSTRUTORA ALJA LTDA.**

1 – RONALDO ALVES JAPIASSÚ, Brasileiro, natural de Porto Nacional- TO, casado regime de comunhão universal de bens, data de nascimento 13/05/1957, engenheiro civil, portador do CPF n.º 197.106.741-53, Carteira de Identidade n.º 355.135 2ª via expedida em 28/09/1983 pela SSP/GO, residente e domiciliado á Av. 13 de Julho n.º 134 Bairro Porto Imperial Porto Nacional - TO., CEP: 77.500.000.

2- RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO, Brasileiro, natural de Porto Nacional - TO, solteiro, data de nascimento 25/10/1994, empresário, portador do CPF n.º 013.856.201-61, Engenheiro Civil, portador do CPF n.º 013.856.201-61, CREA/TO sob n.º322332/AP-TO, expedida em 29/03/2021, residente e domiciliado á Av. 13 de Julho n.º 134 Bairro Porto Imperial Porto Nacional - TO., CEP 77.500-000.

NOME EMPRESARIAL OBJETO E SEDE

CLÁUSULA 1ª – A sociedade gira sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA ALJA LTDA** e nome fantasia **CONSTRUTORA ALJA**.

CLÁUSULA 2ª - O objeto social é:

4120-4/00 - Edificações (residências, industriais, comerciais e de serviços),
4311-8/02 - Preparação de terrenos,
4312-6/00 - Perfuração e execução de fundações destinadas á construção civil,
4313-4/00 -Terraplenagem,
4211-1/01 – Obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos) ,
4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos,
4292-8/01 - Montagens de estruturas metálicas,
4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e estruturas temporárias;
4222-7/02 - Obras de irrigação,
4222-7/01 - Construção de redes de água e esgoto,
4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água
4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica,
4221-9/04 - Construção de estações de redes de telefonia e comunicação,
4299-5/99 - Aluguel de maquinas e equipamentos de construção e demolição com operários.
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador
7719-5/02 – Locação de aeronaves sem tripulação;
49.30-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas Intermunicipal e Interestadual;
49.30-2/03 – Transporte Rodoviário de produtos perigosos;
23.99-1/-99 – Fabricação de artigos de asfalto;

Parágrafo único: O objeto do estabelecimento sede (Matriz) é: 4120-4/00 - Edificações (residências, industriais, comerciais e de serviços),; 4311-8/02 - Preparação de terrenos; 4312-6/00 - Perfuração e execução de fundações destinadas á construção civil; 4313-4/00 –Terraplenagem; 4211-1/01 – Obras viárias (rodovias,

vias férreas e aeroportos); 4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; 4292-8/01 - Montagens de estruturas metálicas; 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e estruturas temporárias; 4222-7/02 - Obras de irrigação, 4222-7/01 - Construção de redes de água e esgoto; 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água; 4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 4221-9/04 - Construção de estações de redes de telefonia e comunicação; 4299-5/99 - Aluguel de máquinas e equipamentos de construção e demolição com operários; 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 7719-5/02 – Locação de aeronaves sem tripulação; 49.30-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas Intermunicipal e Interestadual; 49.30-2/03 – Transporte Rodoviário de produtos perigosos; 23.99-1/-99 – Fabricação de artigos de asfalto;

CLÁUSULA 3ª - A sociedade tem sede á Quadra ARSO 22 , Alameda 23, s/n, Lote 03, QI 09, Sala 01, Plano Diretor Sul Palmas –TO., CEP: 77.015-269;

DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 4ª - A sociedade iniciou suas atividades em 02 de Maio de 1989 e tem prazo de duração por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 5ª - O capital social é de R\$ 8.255.800,00 (Oito Milhões Duzentos e Cinquenta Cinco Mil e Oitocentos Reais) dividido em 8.255.800 (Oito Milhões Duzentos e Cinquenta Cinco Mil e Oitocentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, sendo R\$ 1.070.000,00 (Hum Milhão e Setenta Mil Reais) integralizado em moeda corrente do país e R\$ 7.185.800,00 (Sete Milhões Cento e Oitenta Cinco Mil e Oitocentos Reais) em bens móveis abaixo relacionados:

- a) Um veículo marca SCANIA/T124 GA6X4NZ 360 ano 2001 modelo 2002 placa KEM 2470, Chassi 9BST6X4A023532125, no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais),
- b) Uma Retroescavadeira 416D Série CAT0416DCBKG00471 Motor 7SG02042 no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais)
- c) Um veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE Ano 2008 Mod. 2008 Placa MW02203, Chassi 9BW4782038R847555, no valor de R\$ 218.000,00 (Duzentos e Dezoito Mil Reais),
- d) Um veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE Ano 2008 Mod. 2008 Placa MWW9002, Chassi 9BW7J82648R853963, no valor de R\$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais),
- e) Um veículos CAR/CAMINHÃO/TANQUE Ano 2008 Mod. 2008 Placa MWP9827, Chassi 9BWPB82U98R829718, no valor de R\$ 285.0000,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Reais),
- f) Um veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE Ano 2008 Mod. 2008 Placa MWP8817, Chassi 9BW7J82698R853862, no valor de R\$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e cinco Mil Reais),
- g) Uma escavadeira Hidráulica Marca Caterpillar Mod. 320D Ano 2009, Serie CAT0320DTKGF03124 , no valor de R\$ 455.400,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Mil e Quatrocentos Reais),

- h) Uma Motoniveladora Cartepilar Mod. 120K Ano 2009, Serie CAT0120KEJAP00259, no valor de R\$ 545.000,00 (Quinhentos e Quarenta e Cinco Mil Reais) ,
- i) Um trator de Esteira Caterpillar Mod. D6K Ano 2008, Serie CAT00D6KJFBH01171, no valor de R\$ 505.000,00 (Quinhentos e Cinco Mil Reais),
- j) Uma Escavadeira Hidráulica Marca CAT Mod. 315DL, Serie CAT0315DPCJN00505, no valor de R\$ 345.000,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Reais),
- l) Um Trator de Esteira Marca KOMATSU Mod. D41E-6, Serie B21617, no valor de R\$ 162.400,00 (Cento e Sessenta e Dois Mil e Quatrocentos Reais),
- m) Uma Motoniveladora 120G, Serie 4HD0196, no valor de R\$ 115.000,00 (Cento e Quinze Mil Reais),
- n) Um Guidaste AGI 12.5 Lança 23, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais),
- o) Uma Motoniveladora Caterpillar, Mod. 120K Ano 2011 Série CAT0120KAJAP01049 no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil Reais),
- p) Um Trator Esteira Caterpillar Ano 2012 Mod. D6K Série CAT00D6KCFBH02363-SI98488, no valor de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e Vinte Mil Reais),
- q) Um Compactor de Solo Caterpillar, Mod. CP533E Ano 2011, Série CATCP533EBZG01075, no valor de R\$ 285.000,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Reais),
- r) Um Compactor de Solo Caterpillar, Mod. CP533E Ano 2011, Série CATCP533CBZG01076, no valor de R\$ 285.000,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Reais),
- s) Uma Escavadeira, Marca SANY, Mod. SY335, Série 10SY033708728, no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil Reais),
- t) Uma Escavadeira, Marca SANY, Mod. SY235C, Série 10SY023229988, no valor de R\$ 395.000,00 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil Reais),
- u) Um veiculo CAR/CAMINHÃO/TANQUE/M OP Ano 2014 Mod. 2015 Placa OYB8198, Chassi 953658268FR501309, no valor de R\$ 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais),
- v) Um veiculo CAR/CAMINHÃO/WOLKSWAGEM Ano 2010 Mod. 2011 Placa MW15762, Chassi 9533782T0BR115416, no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais),
- x)) Um veiculo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE Ano 2010 Mod. 2011 Placa MWI5732, Chassi 9533782T6BR116392, no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais),
- z) Um Veiculo CAR/CAMINHÃO/AB/M OPER Ano 2013 Mod. 2014 Placa OLM1343, Chassi 9536E8244ER419977, no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil Reais); E assim distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor R\$	(%)
RONALDO ALVES JAPIASSÚ	7.873.010	7.843.010,00	95
RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO	412.790	412.790,00	05
TOTAL	8.255.800	8.255.800,00	100

CLÁUSULA 6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DO EXERCICIO SOCIAL

CLÁUSULA 7ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

PARAGRAFO ÚNICO: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, como base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelecido o artigo 1.059 da LEI 10.406/2002.

DA CESSÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA 8ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 9ª - A administração da sociedade cabe aos sócios **RONALDO ALVES JAPIASSÚ** e **RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO** os quais assinam pela empresa em conjunto ou isoladamente, com poderes e atribuições de administrarem os negócios sociais, administrativos e financeiros da sociedade, representando – a ativa, passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade.

CLÁUSULA 10ª - É expressamente proibido o uso da firma ou sociedade em avais, endossos, finanças ou qualquer outras operações alheias aos negócios da empresa.

DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 11ª – Os sócios poderão em comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de “pro – labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DO FALECIMENTO E DA INCAPACIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 12ª - Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócios (s) remanescentes (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLÁUSULA 13ª – A responsabilidade técnica da empresa é dos sócios **RONALDO ALVES JAPIASSÚ**, engenheiro civil inscrito no CREA/GO sob n.º 3312/D expedida em 10.04.1984 e Visto CREA/TO sob n.º 008743-3 e

RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/TO sob n.º 322332/AP-TO expedida em 29/03/2021;

DA ABERTURA DE FILIAIS

CLÁUSULA 14ª – A sociedade poderá a qualquer tempo abrir e fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA 15ª - Fica eleito o foro da Comarca de Porto Nacional-TO., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA 16ª - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem assim justos e acertados, firmam o presente instrumento, destinando ao arquivamento na JUCETINS, para que surta os devidos efeitos legais.

Palmas – TO. 20 de abril de 2022.

ASSINATURAS / NOME DOS SÓCIOS

RONALDO ALVES JAPIASSÚ

RONALDO ALVES JAPIASSÚ FILHO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01385620161	RONALDO ALVES JAPIASSU FILHO
19710674153	RONALDO ALVES JAPIASSU



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/04/2022 09:20 SOB Nº 20220224536.
PROTOCOLO: 220224536 DE 28/04/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12205359384. CNPJ DA SEDE: 25050261000147.
NIRE: 17200003032. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/04/2022.
CONSTRUTORA ALJA LTDA

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC 6A160E9D



QR-CODE

















Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2506209310

9	10	11	12
ACC 			
A 			
A1 			
B 		02/04/2033	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
PALMAS, TO

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

54044482946

TO031510859

TOCANTINS

2 e 3. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / DD/MM/AAAAYYYY / Fecho e Lugar de Nascimento - 4. Data de Emissão / Issuing Date / DD/MM/AAAAYYYY / Fecho de Emissão - 4b. Data de Validade / Expiration Date / DD/MM/AAAAYYYY / Validade - 4c. 4d. Documento / Identificação / Original / Emissão / Issuing Authority - 5. Documento / Documento de Identificação / Autoridade Emissora - 4d. CPF - 5. Número de Registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 6. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filial / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA057310976<514<<<<<<<<<<
9410257M3304020BRA<<<<<<<<<2
RONALDO<<ALVES<JAPIASSU<FILHO<